

FR.2024.2459

Belo Horizonte, 16 de setembro de 2024

Ao COMITÊ INTERFEDERATIVO (CIF)**A/C:** ILMO. SR. PRESIDENTE RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA**COM CÓPIA PARA A CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO (CT-ECLET)****A/C:** ILMO. SRA. COORDENADORA MARIANA NEVES

***REF.:** Manifestação ao Item 11.1. da Pauta da 79ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo – Aprovação do Projeto do Governo do Estado do Espírito Santo de Educação Ambiental e Cidadania na Porção Capixaba da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e Litoral Norte*

FUNDAÇÃO RENOVA ("FUNDAÇÃO"), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.135.507/0001-83, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 671, 4º andar, Belo Horizonte/MG, CEP 30.112-021, vem, respeitosamente, por seu representante abaixo assinado, **manifestar-se acerca do item 11.1 da Pauta da 79ª Reunião Ordinária deste I. Comitê**, com fundamento na Cláusula 39, §§ 2º e 3º, do TAC Governança, e no art. 10, §§ 5º e 6º, do Regimento Interno do Comitê Interfederativo ("CIF"), nos termos que se seguem.

1. Referido item de pauta se refere à recomendação de aprovação por parte Câmara Técnica de Educação, Cultura e Lazer ("CT-ECLET") por meio da Nota Técnica nº 63/2024 ("Nota Técnica"), do repasse de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais) ao Estado do Espírito Santo para a execução do Projeto

DS
TH

de Educação Ambiental e Cidadania, dentre outros aspectos envolvendo a transação.

I – CONTEXTO

2. Em observância à Cláusula 172 do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (“TTAC”), a FUNDAÇÃO implementa o Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce (“PG33” ou “Programa”), aprovado pela Deliberação nº 549, emitida em 01º.12.2021. Entre os projetos que compõem o PG, encontra-se o “Fortalecimento de Redes e de Políticas Públicas para a Revitalização da Bacia do Rio Doce” (“Projeto Redes”).

3. Dessa forma, a CT-ECLET trouxe à apreciação deste I. Comitê o Projeto de Educação Ambiental e Cidadania o qual, a princípio, **substituiria** o Projeto Redes – previsto na definição do Programa. Em breve resumo, o Governo do Espírito Santo solicita alterar a natureza da obrigação de fazer pela obrigação de pagar, no referido projeto proposto na Nota Técnica ora em pauta.

II – CONSIDERAÇÕES NT Nº 63/2024

4. Para a implementação do Projeto de Educação Ambiental e Cidadania, o estado do Espírito Santo prevê um investimento financeiro de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), a ser executado em 60 (sessenta) meses, que seria custeado pelos recursos **compensatórios** da reparação, VIA FUNDAÇÃO RENOVA, cumprindo ao governo estadual a prestação de contas e apresentação de relatórios semestrais ao CIF¹.

5. Entende-se, portanto, que à FUNDAÇÃO caberia, tão somente, a transferência do recurso, de modo que a obrigação constante da Cláusula 172 do TTAC, **em relação ao referido projeto** no estado do **Espírito Santo**, **restaria**

¹ De acordo com a sugestão de minuta de Deliberação proposta pela CT-ECLET: “5) Que semestralmente o Governo do Estado do Espírito Santo apresente ao CIF relatórios de execução do Projeto.”

quitada após o repasse do montante pretendido para sua execução conforme sugerido na Nota Técnica, em observância aos indicadores I17 e I18 da Definição do PG33, que cuidam estritamente do Projeto Redes.

6. Dessa forma, a Fundação entende que eventual deliberação a ser proferida por este I. Comitê deva estar consubstanciada em **premissa expressa relativa à substituição do Projeto Redes pelo Projeto de Educação Ambiental e Cidadania**, de modo que, com a aprovação do último, a Fundação estaria dando prosseguimento à obrigação prevista na Cláusula 172 do TTAC em relação ao estado capixaba. Com efeito, faz-se imprescindível que o CIF reconheça que a Fundação ficará desonerada de implementar o Projeto Redes – previsto na Definição do PG33 – sendo a obrigação transformada no repasse do montante financeiro que permita ao Governo do Espírito Santo a executar o Projeto de Educação Ambiental e Cidadania, evitando-se, assim, o *bis in idem*.

7. Feita essa ressalva, a FUNDAÇÃO informa a sua disposição em seguir com as negociações com o governo estadual e com a Câmara Técnica, notadamente para a construção de um plano de trabalho que atenda às necessidades da comunidade capixaba como um todo, visando à reparação integral dos impactos suportados em razão do rompimento e cumprimento do TTAC.

8. Nessa linha, a FUNDAÇÃO destaca a importância de que os prazos para os próximos andamentos das negociações sejam bem definidos, de modo que **(i)** entende ser factível o prazo proposto pela CT-ECLET de 50 (cinquenta) dias para a finalização/aprovação do Plano de Trabalho; e que **(ii)** o prazo de 90 (noventa) dias para entrega do termo de repasse assinado seja contado a partir da **aprovação do Plano de Trabalho**.

9. Em relação ao item “ii”, destaca-se que a FUNDAÇÃO possui procedimentos de governança interna que devem ser observados antes da efetiva celebração de instrumentos com agentes públicos. Assim, é necessário que o Plano de Trabalho seja devidamente aprovado para que seja dado início à construção do instrumento de repasse competente.

10. Na oportunidade, a FUNDAÇÃO reforça a solicitação de que quaisquer comunicações do sistema de Governança externa sejam encaminhadas ao endereço de correio eletrônico governanca@fundacaorenova.org.

11. Sendo o que cumpria para o momento, a FUNDAÇÃO se mantém à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

DocuSigned by:

80C29CF2B0EE4F2...
FUNDAÇÃO RENOVA

P/ FELIPE MOURA DE ANDRADE

GERENTE DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO